



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000654159

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0231109-98.2007.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MAURO PORFIRIO GADI (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados ANTONIO MANUEL GALVES e CONSORCIO TRANSCOOPER FENIX.

ACORDAM, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente sem voto), CRISTINA ZUCCHI E SOARES LEVADA.

São Paulo, 26 de novembro de 2012.

Rosa Maria de Andrade Nery

RELATORA

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto 17451

Apelação com Revisão nº 0231109-98.2007.8.26.0100 8ª Vara Cível de São Paulo

Apte: Mauro Porfirio Gadi
Apdo(a): Antonio Manuel Galves; Consórcio Transcooper Fenix
Interessado: Nobre Seguradora do Brasil S/A

Ementa: Acidente de trânsito. Reparação de danos. Reconhecimento de culpa exclusiva da vítima pelo acidente. Ausência de provas a demonstrar culpa ou dolo do motorista. Sentença mantida. Recurso não provido.

Trata-se de recurso de apelação tirado contra r. sentença de fls. 483/485, que julgou improcedentes três ações, conjuntamente (processos nº 583.00.2007.231109-1; 583.00.2008.101330-9 e 583.00.2007.246042-6) e, consequentemente, condenou os autores, em cada uma das demandas, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor corrigido de cada uma das causas, observando, contudo, que a eles foram concedidas as benesses da gratuidade de justiça.

O autor Mauro, do processo nº 583.00.2007.231109-1, recorre, às fls. 488/501. Alega que: a) em razão da morte da filha sofreu dano moral indenizável; b) o motorista da van agiu com culpa, nas modalidades imprudência e negligência; c) o dano moral dispensa a dilação probatória; d) deve ser observado o princípio da dignidade da pessoa humana. Pede a condenação solidária dos réus ao pagamento de indenização por dano moral.

Contrarrazões estão às fls. 506/510 e 512/518. Tanto o réu Antonio, quanto o Consórcio Transcooper pedem pela manutenção da r. sentença atacada.

É o relatório.

O recurso é tempestivo (fls. 486vº e 488) e dispensava o preparo.

Não se tem dúvidas de que sofre dano moral o pai que perde sua filha atropelada. Contudo, para haver o dever de indenizar há de restar provada a culpa ou dolo do agente, ou, então, em se tratando de responsabilidade objetiva, a existência de nexo de causalidade entre o fato e a imputação.

Pela leitura detida dos autos, observa-se que: a) foi determinado o arquivamento do inquérito policial, que apurou o fato descrito na inicial, porque o MM. Juiz de Direito, seguiu o parecer Ministerial, que concluiu que, na data dos fatos, o ora réu, Antonio Manuel Galves



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

conduzia o micro-ônibus, placas DLB 0493, quando foi surpreendido pela vítima, que atravessou repentinamente a frente do veículo, fora da faixa de pedestres, não havendo tempo hábil para que o motorista pudesse evitar o atropelamento (fls. 196/286); b) o laudo pericial do veículo e do local dos fatos veio às fls. 273/278, nele os peritos afirmaram que a velocidade mínima do veículo era de 41,31 km/h e que o local desenvolvia-se em reta; c) a testemunha Vanessa Carolina, ouvida no Distrito Policial (fls. 213/214), confirmou a versão do réu Antonio, de que conduzia o veículo em velocidade normal quando efetuou repentinamente uma frenagem brusca e que ao descer do veículo verificou uma mulher caída, que teria adentrado à frente do micro-ônibus; d) o autor, pai da vítima, ouvido em Juízo sustentou que no local não havia faixa, nem semáforo (fls. 412/413).

Apesar da dolorosa consequência do acidente, e respeitada a dor do autor, a prova dos autos não é suficiente para imputar a responsabilidade pelo fato ao motorista do micro ônibus. Ao contrário, é a prova que aponta essa circunstância, porque restou demonstrado nos autos que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, que veio a atravessar a pista de rolamento em local indevido, fora da faixa de pedestre.

Diante do exposto, nega-se provimento ao recurso. Mantida a r. sentença por seus próprios fundamentos.

É o meu voto.

Rosa Maria de Andrade Nery
Relatora